



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 63/2016 PMN

Aos 08 dias de setembro de 2016, às 14h45m, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 1024 de 13/04/2016, com intuito de analisar e julgar o recurso contra INABILITAÇÃO da CONCORRÊNCIA nº 63/2016, cujo **OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA GESTÃO OPERACIONAL INTEGRADO DO ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO; CONVERSÃO DE DADOS; TREINAMENTO DE USUÁRIOS; SUPORTE E MANUTENÇÃO (COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE NAVEGANTES/SC**

PROTOCOLADO PELA EMPRESA ACQUASERVICETECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ 05.777.193/0001-05.

PRELIMINARMENTE

A Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado **tempestivamente** em 01/09/2016.

Em síntese, manifesta-se a empresa ACQUASERVICE através de recurso, arguindo não haver qualquer ilegalidade nos documentos apresentados pela empresa, sendo preenchidos todos os requisitos legais na apresentação de documentos.

Argumenta a empresa que os contratos apresentados estão de acordo e cumprem com os requisitos apresentados no item 4.4.3.1, b, que apesar de terem



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

prazo de duração, os mesmos já estavam vigentes na data da apresentação dos documentos.

A empresa apresenta jurisprudências do TCU apresentando casos semelhantes. Com isso, pede que seja reconsiderada a decisão, habilitando a empresa para as próximas fases do certame.

DECISÃO

Diante do que foi apresentado é importante salientar que, a Comissão de Licitação ao analisar os recursos e as impugnações aos recursos poderá proceder à reconsideração de seus atos, se assim julgar pertinente, ou à remessa à autoridade superior competente caso mantenha sua decisão inicial, conforme dispõe o Art. 109, §4º, da Lei 8.666/93.

Visto esta prerrogativa, a comissão analisando as questões, verificou que:

É pertinente o apontamento da empresa **ACQUASERVICE** em relação a validade do documento apresentado. Apesar de ter sua duração prevista para o prazo da prestação do serviço do edital, sua vigência já está em vigor a partir da assinatura, estando os profissionais vinculados à empresa para a prestação deste serviço, se esta for considerada vencedora do certame.

O vínculo trabalhista é uma opção e não poderá ser uma regra. O TCU já pacificou o assunto, conforme segue:

"abstenha de exigir comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional, definidas no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, e passe a admitir a comprovação da vinculação dos profissionais ao quadro permanente por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço, de forma consentânea ao posicionamento jurisprudencial da Corte de Contas nos Acórdãos nºs 361/2006-Plenário, 170/2007-Plenário, 892/2008-Plenário e 1.547/2008- Plenário (item 1.5.2, TC-021.108/2008-1)"



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

"...o profissional esteja em condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual. Sendo assim, o contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum se revela suficiente para a Administração Pública" (Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.)

Conforme entendimento pacificado do TCU o vínculo do responsável técnico pode se dar por contrato de prestação de serviço, não necessariamente com vínculo anterior.

Importante citar o entendimento doutrinário do jurista Marçal Justen Filho:

Não é possível, enfim, transformar a exigência de qualificação técnico-profissional em uma oportunidade para garantir 'emprego' para certos profissionais. Não se pode conceder que as empresas sejam obrigadas a contratar, sob vínculo empregatício, alguns profissionais apenas para participar de licitação. A interpretação ampliativa e rigorosa da exigência de vínculo trabalhista se configura como uma modalidade de distorção: o fundamental, para a Administração Pública, é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus trabalhos por ocasião do futuro contrato. É inútil, para ela, que os licitantes mantenham profissionais de alta qualificação empregados apenas para participar da licitação.

Aliás, essa é a interpretação que se extrai do próprio art. 30, quando estabelece que as exigências acerca de pessoal qualificado devem reputar-se atendidas mediante mera declaração de disponibilidade apresentada pelo licitante. Como justificar entendimento diverso a propósito de profissionais de maior experiência? Não se afigura existente alguma resposta satisfatória para tal indagação. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Ed, São Paulo: Dialética, 2005, paginas. 332 e 333).

Visto entendimento doutrinário, a empresa não está obrigada a manter vínculo empregatício com profissionais apenas para participar de licitações, e que ao apresentar o contrato de prestação de serviços a empresa garante e se responsabiliza pela execução dos serviços pelos profissionais apresentados na declaração e nos contratos.

Pelo exposto, decide-se pela PROCEDÊNCIA do recurso interposto pela empresa ACQUASERICE, reconsiderando a decisão que inabilitou a empresa, declarando-a habilitada para participar das próximas fases do processo licitatório 63/2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 08 de setembro de 2016.


ELLINTON PEDRO DE SOUZA
Presidente

Membros:

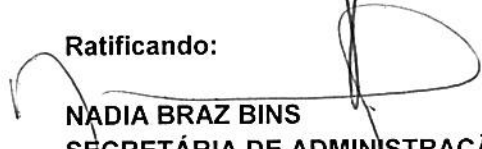

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO


LEILA MENGARDA


PEDRO PAULO DA COSTA


BARBARA ANDRESSA GARCIA

Ratificando:


NADIA BRAZ BINS
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO